

## LDO autoriza revisão geral em 2019 para salários dos servidores públicos municipais de Divinópolis

*Presidente do Sintram cobra cumprimento da Lei 8.083 que fixa o índice de revisão*



Está tramitando na Câmara Municipal de Divinópolis, o Projeto de Lei 34/2018, de autoria do Executivo, que fixa as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2019. Trata-se da LDO, que compreende as metas e prioridades financeiras que deverão ser aplicadas na gestão municipal em 2019.

Para cumprimento da legislação, a Câmara Municipal de Divinópolis realiza nesta segunda-feira (11) Audiência Pública para apresentação de sugestões e emendas parlamentares. A audiência acontece no Plenário da Câmara a partir de 10h. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintam), lembra que, na prática, a

LDO significa o início da discussão do orçamento do município. Luciana Santos destaca a importância da participação da comunidade, porém lamenta que a audiência tenha sido marcada em horário inadequado para a participação popular. "O orçamento é público e todas as pessoas podem e devem ter acesso a seus números para que tomem conhecimento de como serão destinadas as verbas públicas para o ano seguinte. Infelizmente, o horário de 10h para uma segunda-feira, é inadequado para a participação do cidadão. Entendo que a Câmara, como elo entre o cidadão e o Executivo, deveria ter o bom senso de marcar essa audiência para o horário noturno, por exemplo, que permitiria maior presença popular", destacou.

## **SALÁRIOS DOS SERVIDORES**

O projeto trata de todas as destinações de recurso para o ano que vem e no artigo 24, a proposta autoriza “concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 [Lei de Responsabilidade Fiscal]”.

A proposta também já autoriza a revisão geral dos salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações, cumprindo o que determina a Constituição Federal. A proposta diz que o índice de revisão será fixado por “lei específica”.

“A princípio, já que a campanha salarial dos servidores de Divinópolis ocorre somente a partir de março, o que nós esperamos é que seja cumprida a Lei Municipal 8.083, que fixa o IPCA da Fundação Ipead como o índice de revisão. Isso não aconteceu nos últimos anos e estamos brigando na Justiça, defendendo os interesses dos servidores, conforme é nossa função e obrigação. O servidor não pode continuar sofrendo prejuízos e esperamos bom senso e cumprimento da lei por parte do Executivo em 2019”, disse Luciana Santos. “Nos preocupa também a autorização já contida na LDO para contratações, criação de cargos, alterações em estruturas de carreiras e outras medidas que mexem com a vida funcional do nosso servidor. Não vamos admitir medidas à revelia sem que a classe seja ouvida. O Sintram, como sempre, está muito atendo à isso e espera que o Executivo mantenha aberto um canal de negociação”, concluiu a presidente.

## **Eleições, copa e festas juninas praticamente paralisam atividades no Congresso**

A proximidade das eleições, o início da Copa do Mundo da Rússia e as festas juninas no país podem enfraquecer ainda mais o ritmo de votações no Congresso Nacional nas próximas semanas. Dessa forma, temas polêmicos e pautas do governo, como os compromissos assumidos com a greve dos caminhoneiros, podem ser afetados e ficar sem a definição de deputados e senadores.

Na Câmara, o presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), já negou que decretará recesso no período dos jogos da Copa do Mundo, mas lembrou que as festas juninas podem impactar no quórum das votações.



“Só vamos ter problema na última semana [de junho], que junta com a semana de São João, no Nordeste. Então, temos três semanas para trabalhar, há projetos na pauta. A Copa do Mundo, para nossa felicidade, só tem um jogo durante a semana. A gente precisa continuar

trabalhando e torcendo para que os jogos do Brasil na segunda fase sejam segunda, sexta e no fim de semana”, acrescentou.

### **Caminhoneiros**

Apesar da expectativa em apreciar o projeto de lei que regulamenta o transporte rodoviário de cargas no país (PL4860/16), a medida ainda não foi discutida em plenário pelos deputados, onde tramita atualmente. O projeto estabelece regras para parte das reivindicações dos caminhoneiros que paralisaram em todo o país.

No texto do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), aprovado pela comissão especial sobre o tema, são estabelecidas formas de contratação dos transportadores autônomos, de cooperativas ou empresas, regras para segurança nas estradas e normas para contratação de seguros em caso de acidentes, perda de mercadoria e até furtos e assaltos.

Marquezelli propõe ainda a criação do vale-pedágio, mecanismo de pagamento automatizado que será obrigatório. Além disso, torna obrigatória a inspeção de segurança veicular de todos os veículos de carga, com maior frequência quanto mais velho o veículo. Inicialmente, o deputado propôs a anistia das multas aplicadas durante a greve dos caminhoneiros, mas um acordo entre líderes partidários retirou o trecho do projeto.

### **Medidas Provisórias**

Deputados e senadores devem começar a discussão das três medidas provisórias negociadas pelo governo e representantes de caminhoneiros. As comissões mistas já foram criadas e reúnem 13 deputados e 13 senadores para discutir o assunto.

Entre as medidas estão a determinação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a reservar até 30% de sua demanda para a contratação de transportadores autônomos e a criação de um preço sobre cada quilômetro de frete – uma das principais reivindicações da greve. Além disso, há a isenção do pagamento de pedágio para os caminhões e carretas que transitarem com eixos suspensos em estradas estaduais que foram concedidas à iniciativa privada.

Como se tratam de medidas provisórias, as matérias já têm força de lei, mas precisam ser referendadas pela Câmara e Senado nos próximos 60 dias, prorrogáveis uma vez por igual período. No entanto, se não forem aprovadas pelas duas Casas em até 120 dias correm o risco de perderem a validade.

### **Cadastro positivo**

Outro tema previsto para entrar na agenda de discussões da semana é o chamado cadastro positivo. O Projeto de Lei Complementar (PLP 441/17), de origem do Senado, já teve o seu texto-base aprovado no início de maio, mas os deputados ainda precisam analisar os destaques que podem alterar trechos da medida.

A proposta permite que instituições financeiras incluam informações no sistema sem autorização específica dos clientes. O banco de dados deve substituir o cadastro que já existe, mas, por ser optativo, não funciona na prática. Atualmente, o sistema reúne seis milhões de consumidores.

**Fonte: Agência Brasil**

## Quase metade das empresas de “vaquinha” online para candidatos descumpre regra do TSE



Das 41 empresas de financiamento coletivo de campanhas atualmente autorizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apenas 25 cumprem a regra do próprio tribunal que exige que as taxas administrativas da plataforma sejam de conhecimento dos candidatos e dos eleitores. Levantamento do Congresso em Foco aponta que, mesmo dentre as empresas que cumprem a norma, pelo menos metade “esconde” as taxas em outras páginas de seus sites.

Em fevereiro deste ano, o TSE baixou a Resolução nº 23.553 para regulamentar a arrecadação e a prestação de contas das eleições de 2018. A modalidade do crowdfunding, a popular “vaquinha online”, é uma das novidades deste ano eleitoral. Segundo a regulamentação, as empresas de arrecadação de recursos precisam, entre outros requisitos, dar “ampla ciência a candidatos e eleitores acerca das taxas administrativas a serem cobradas pela realização do serviço”.

A reportagem examinou, entre os dias 5 e 7 de junho, cada um dos 41 sites que já obtiveram autorização do TSE para operar

esse tipo de serviço. Pelo menos 16 deles não especificam as taxas cobradas. Um dos sites estava em manutenção.

Questionado pela reportagem, o TSE afirmou que a omissão das taxas nas páginas principais é irregular, mesmo que elas sejam descritas nas páginas individuais dos pré-candidatos, uma vez que os “custos devem ser detalhados e transparentes nos termos da resolução”. Ainda segundo a Corte eleitoral, a omissão de despesas pode acarretar em reprovação das contas eleitorais.

### “Transparência”

A transparência em relação à coleta de doações é um conceito flexível, e varia segundo cada site. As empresas oferecem as informações como entendem ser melhor e há nove delas que sequer se identificam como operadoras de vaquinhas eleitorais (veja quais são abaixo). Muitas são voltadas apenas para que os pré-candidatos possam adquirir o serviço, sem informações claras ou voltadas para o eleitor. Boa parte não mostra quais candidatos aderiram à plataforma, e algumas sequer mostram a lista geral de doações.

Um dos casos é a plataforma usada para arrecadação de fundos para a campanha do ex-presidente Lula, pré-candidato do PT preso há dois meses na superintendência da Polícia Federal em Curitiba. O site principal da empresa, Um a Mais Serviços de Tecnologia e Consultoria, não mostra as taxas cobradas nem quais os pré-

candidatos que estão usando o serviço da empresa.

Segundo Antônio de Andrade, sócio da Um a Mais, as taxas são especificadas nas páginas individuais dos pré-candidatos. Ele cita a própria página de arrecadação de Lula. No site, estão especificadas as taxas, antes da opção para confirmar a doação: 8% do valor das doações feitas via cartões de crédito ou de débito; e R\$ 5,89, acrescidos de 4% do valor doado, para as feitas com boleto bancário. Não é possível saber se a empresa cobra alguma outro valor do candidato. Até as 7h45 desta segunda-feira (11), Lula já tinha angariado R\$ 138 mil em doações. Andrade afirmou entender que o regulamento do TSE exige que as taxas sejam exibidas nas páginas.

Segundo o TSE, as empresas interessadas em prestar o serviço de “vaquinhas” têm perfis diferentes. “Desde de empresas de TI, de marketing político e até tradicionais de financiamento coletivos. Diante da ausência de parâmetros objetivos, atividades minimamente correlacionadas ao mecanismo de arrecadação vêm sendo aceitas, cabendo ao candidato optar por aquela que atenderá melhor seus interesses em termos de custo e transparência”, explicou a assessoria de imprensa do tribunal.

### **Labirinto**

Para o eleitor curioso em descobrir quais pré-candidatos estão usando as plataformas e quais as taxas cobradas sobre as doações, é necessária uma maratona de cliques e uma boa dose de

pesquisa. Poucas plataformas mostram quem são os candidatos que querem arrecadar recursos para suas campanhas.

Para saber quais são as taxas cobradas pelas empresas, o potencial doador precisa pesquisar em outras páginas dos sites, como aquelas que se prestam às “perguntas frequentes” ou as que definem “termos e condições”. Poucas empresas informam com clareza, ou na página inicial, quanto é cobrado pela adesão ao serviço.

A reportagem encontrou 16 empresas que não identificam quais candidatos aderiram às suas plataformas de arrecadação. Dentro desse universo, há a Fundii, que mostra a lista de doações feitas por meio da plataforma. Mesmo assim, é necessário abrir cada uma das doações para descobrir para quem o valor foi destinado.

A Eleitor Presente, por sua vez, informa apenas os CPFs de doadores e candidatos, sem nomes para identificar quem doou e a quem o recurso foi destinado. O TSE exige que sejam divulgados, além do CPF, o nome completo, os valores das quantias doadas individualmente, a forma de pagamento e a data das respectivas doações.

Nos casos em que a empresa sequer informa ser operadora de vaquinhas para políticos estão AixMobil, Alumiar Consultre, PrimeFidelity, Evocultural, Doação Solutions, Multi Inovações, PicPay, Kicks e RoiStart. A lista de todas as empresas de financiamento coletivo com cadastros deferidos, pendentes e incompletos está disponível no site do TSE.



## Temer quebra o recorde de rejeição da história



O presidente Michel Temer (MDB) superou o próprio recorde e é o mais impopular da história, aponta a nova pesquisa Datafolha. Nos resultados apresentados neste domingo (10), 82% dos entrevistados avaliam o governo Temer como ruim ou péssimo, 12 pontos a mais que na pesquisa anterior, divulgada em abril.

Na sondagem de intenções de voto, o ex-presidente Lula, preso há dois meses em Curitiba, segue na liderança com 30%. Nos cenários em que o nome do petista não é apresentado, 34% disseram não ter candidato. O deputado Jair Bolsonaro (PSL-

A reprovação atual de Temer supera em 11 pontos percentuais a pior avaliação de Dilma registrada pelo instituto, que chegou a 71% em agosto de 2015.

A pior avaliação de Temer é registrada na região nordeste, onde 87% dos entrevistados avaliam sua gestão como ruim ou péssima. Nas regiões sul e sudeste do país, o índice é de 80%.

Apesar de já estar preso há dois meses, Lula continua na liderança na pesquisa dos candidatos ao Palácio do Planalto. O petista tem 30% das intenções de voto, seguido por Bolsonaro, com 17%, e Marina (Rede), com 10%. Em seguida vêm Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB), empatados com 6% e o senador Álvaro Dias, com 4%.

RJ) é o líder neste caso, com 19%. Marina vem em seguida, com 15% da preferência dos eleitores.

### Mais impopular

Temer, que já era considerado o presidente com piores índices de aprovação desde a redemocratização, bateu o próprio recorde após a greve dos caminhoneiros. Em setembro do ano passado, quando teve seu pior índice até o momento, o governo do emedebista era considerado ruim ou péssimo por 73% dos entrevistados.

Na última pesquisa, divulgada em abril, Temer viu o índice apresentar discreta oscilação positiva, dentro da margem de erro, indo a 70%. Dois meses depois, a pesquisa registra 82% de avaliações “ruim ou péssimo” a ele. Apenas 3% consideram a gestão Temer boa ou ótima e 14% a avaliam como regular.

No cenário sem o nome de Lula e sem outro candidato do PT, 34% dos entrevistados disseram não saber em quem votar. A liderança passa a Bolsonaro, que vai a 19%. Marina vai a 15% e Ciro Gomes a 11%, empatado tecnicamente com Alckmin, que tem 7%.

Os nomes de Fernando Haddad e Jacques Wagner, cotados a “plano B” do PT, também aparecem em cenários sem Lula, mas registraram apenas 1%.

Na simulação para o segundo turno, Lula também venceria com folga. Ele teria 49% contra 27% de Geraldo Alckmin; 46% sobre os 31% de Marina, e 49% contra 32% registrados por Bolsonaro.

**Fonte: Datafolha**